

**ATA DA 426ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO
AMBIENTE – CEPRAM**

No dia 29 de abril de 2025, ocorreu a 426ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CEPRAM de forma virtual, pela Plataforma Microsoft TEAMS. Participaram da reunião os conselheiros abaixo listados, além de convidados. Constaram na pauta os seguintes itens: Apresentação sobre o Programa Bahia Sem Fogo; Apresentação sobre a 4ª Conferência Estadual do Meio Ambiente – CEMA; Revisão do Planejamento do CEPRAM; Informes; O que ocorrer. Mariana Mascarenhas – SECEX, após verificação do *quórum*, desejando um bom dia para todos e esclareceu que todos receberam a pauta no prazo regimental e informou que a reunião estava sendo gravada para que, depois, a SECEX pudesse elaborar a ata e explicou que as imagens não poderiam ser disponibilizadas para terceiros e que caso houvesse alguma socialização as implicações legais ficariam na responsabilidade do conselheiro. Informou todas as atividades do conselho, inclusive das câmaras técnicas, começaram agora depois da conferência, que aconteceu em meados de março, então, em abril, começou a retomar a pauta das câmaras técnicas de todos os conselhos, por isso não consta na pauta processos de auto de infração, que, como todos já sabem, vai diminuir também o volume na plenária, porque a partir da Resolução CEPRAM 5.240 de 28 de junho de 2024 no seu artigo 1ª e em seu parágrafo único estabelece que a Câmara Técnica Recursal em caráter permanente, tem a finalidade de julgar em última instância os processos administrativos, nos casos de decisões, fruto do julgamento unânime desta Câmara e caso não haja consenso nesta deliberação os autos de infração deverão ser submetidos à apreciação do Plenário do CEPRAM. Compartilhou que foi nomeada para a Diretoria de Educação Ambiental, mas segue acompanhando a SECEX até as coisas se ajustarem. Ressaltou que o Secretário e Presidente do conselho estava planejado para vir participar da reunião, mas ele precisou atender um grupo de indígenas que chegou na Secretaria. Miguel Accioly – IDEIA solicitou inversão de pauta uma vez que é a primeira reunião do ano, que o ponto de planejamento do CEPRAM seja logo o primeiro, para garantir o planejamento das ações do Conselho para longo do ano, e limpada essa primeira demanda, que é a mais importante, passa para os demais pontos de pauta. Mariana Mascarenhas esclareceu que a inversão de pauta pode ser feita passando o planejamento para o segundo ponto de pauta, porém solicitou a apresentação do Bahia Sem fogo seja o primeiro ponto, pois precisa da presença de Daniella e ela tem outra agenda. Os conselheiros concordaram com a sugestão de inversão de pauta. Passou para a apresentação do Programa Bahia Sem Fogo que foi uma demanda da plenária no ano passado. Informou que a apresentação, será feita

38 por Daniella Fernandes – Diretora Geral da SEMA e a equipe, porque eles têm
39 coordenado essa atividade. Daniella Fernandes informou que o Programa Bahia Sem
40 Fogo, foi instituído desde 2010, ou seja, já tem 15 anos, porém foi a partir de 2023 que
41 a SEMA tem intensificado as ações de prevenção e de mitigação. Ressaltou que o
42 Programa Bahia Sem Fogo é um programa de gestão integrada, reunindo diversas
43 instituições (Secretaria Estadual do Meio Ambiente - SEMA, Instituto do Meio
44 Ambiente e Recursos Hídricos -INEMA, Corpo de Bombeiros Militar da Bahia -CBMBA,
45 Secretaria de Saúde- SESAB, Secretaria de Segurança Pública -SSP, Polícia Militar
46 da Bahia - PMBA, Polícia Civil da Bahia - PCBA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
47 e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, Superintendência de Proteção e
48 Defesa Civil - SUDEC e a Casa Civil) e que busca a eficiência de atuação dos órgãos
49 públicos envolvidos, ou seja, é um programa que é multiagência, tem permitido as
50 ações coordenadas e eficientes em relação ao combate aos incêndios no Estado da
51 Bahia. O Programa possui pilares bem definidos, sendo esses: prevenção, combate,
52 mitigação e restauração das áreas que foram queimadas. Destacou que o Bahia Sem
53 Fogo possui reuniões quinzenais com todos os entes que compõem o programa para
54 fazer a análise de melhores práticas, análise de números, estratégias de gestão,
55 planejamento de ações preventivas e ações de combate e instrumentos para atuar de
56 forma sistêmica e uniforme no Estado. Pontuou que o ano passado foi um ano muito
57 severo em relação a questão climática, e o Brasil apresentou um aumento em torno de
58 50% dos focos de incêndios, porém a Bahia foi o segundo Estado em redução de 30%
59 dos números de focos de calor no mesmo período e isso é um resultado
60 extremamente importante e que trouxe a certeza que a intensificação das ações de
61 educação ambiental e de prevenção tem de fato impacto muito positivo diante dos
62 incêndios florestais. Como ações principais do Programa Bahia Sem Fogo estão:
63 Caravanas do Bahia Sem Fogo – consiste em ações focadas na prevenção, com foco
64 em ações de educação ambiental em quatro regiões do Estado (Oeste, Chapada
65 Diamantina, Norte e Extremo Sul), momento em que são feitas palestras em escolas
66 estaduais e municipais (acontecem de abril a agosto); treinamentos de brigadas
67 voluntárias; fortalecimento da governança local; rodas de conversas com as
68 comunidades mais afetadas pelo fogo; distribuição de equipamentos de proteção
69 individual e coletivo para as brigadas voluntárias; Ronda Verde (Blitz Preventiva)
70 nessas mesma quatro regiões, consiste em ações mais ostensivas com caráter
71 fiscalizatório, verificação de cumprimento da legislação estadual; suspensão de
72 declaração de queima controlada (que geralmente é suspensa nos períodos mais
73 críticos do clima); Realização anual de Seminário que visa a capacitação; incentivo de
74 uso de novas tecnologias, promovendo um debate científico e discutindo novas

75 estratégias de combate, novas metodologias de prevenção, fortalecimento da
76 cooperação internacional, fortalecimento das brigadas; Treinamento da Brigadas
77 voluntárias, ação oferecida pelo Corpo de Bombeiros anualmente, para capacitar os
78 brigadistas e isso é extremamente importante para evitar acidentes e aprimorar a
79 técnica de fogo. Ano passado foram treinados mais de 1000 brigadistas voluntários e
80 neste ano a intenção é treinar um público bem maior. Ressaltou que todo este
81 planejamento tem como base o estudo de histórico dos incêndios florestais que
82 acontecem no Estado, além dos dados climatológicos, para que se possa ter uma
83 atuação mais efetiva nessas regiões. Destacou que foi feito um estudo climatológico
84 nas regiões com maior propensão a ocorrência de incêndios florestais. Sinalizou
85 ainda, que o programa também faz o monitoramento do Clima, o qual é uma
86 ferramenta essencial para a gestão eficaz das ações contra os incêndios florestais.
87 Esta ferramenta consiste na detecção de áreas que apresentam temperaturas
88 elevadas, frequentemente associadas à presença de fogo ou atividades humanas que
89 possam gerar combustão. Pontuou que o Estado ainda não está satisfeito com todas
90 as ações do Programa, mas entende-se que vem obtendo bons resultados, inclusive
91 tem vários projetos em andamento como o de implantação de sistema de detecção
92 precoce de incêndios florestais em áreas protegidas, através da implementação de
93 câmaras que farão essa detecção precoce desses incêndios para que não ocorra a
94 perda de biodiversidade em áreas essenciais e relevante para o Estado da Bahia.
95 Finalizou pontuando que as próximas etapas para o Programa são: a intensificação
96 das ações de prevenção e mitigação; uso de novas tecnologias; intensificação no
97 apoio às brigadas voluntárias; lançamento do edital de fomento à restauração florestal
98 (para a recuperação de áreas atingidas com fogo, inicialmente fez isso no Cerrado,
99 mas será ampliado para os outros biomas); e também vai ser lançado o edital de
100 fomento às práticas de prevenção, monitoramento e combate (para selecionar
101 projetos relevantes de brigadas voluntárias que permita que se tenha uma ação mais
102 sistêmica e mais descentralizada em todos os municípios que são acometidos por
103 incêndios florestais). Daniela agradeceu a disponibilização do tempo para fazer a
104 apresentação do Programa Bahia Sem Fogo e colocou à disposição para esclarecer
105 qualquer dúvida. Mariana Mascarenhas aproveitou para parabenizar o trabalho da
106 equipe e ressaltou que é nítido o avanço que teve com esse Programa com relação ao
107 combate e redução dos incêndios florestais aqui no Estado. Pontuou que é um
108 trabalho que mobiliza muita gente da SEMA e do INEMA. Passou-se para os
109 questionamentos/contribuições dos conselheiros. Ruy Argeu – SINDICOM sugeriu
110 estimular a formação de brigadas municipais e distritais com treinamentos específicos,
111 pois seria bastante efetiva na atuação municipal. Perguntou qual a verba destinada



112 para este programa para o exercício de 2025 e se esse programa está buscando apoio
113 junto a Bancada Federal da Bahia, aqueles recursos de emendas parlamentares, e se
114 alguém já destinou esse recurso e quanto foi? Gustavo Hess – GAMBÁ pontuou que é
115 importante a Bahia ter esse programa e percebeu que as ações estão sendo
116 conduzidas e ressaltou que fala isso não só pela apresentação, mas por presenciar
117 onde residem as ações acontecendo. Pontuou que o combate do fogo é importante,
118 porém a prevenção é a mais importante de todas, pois na verdade o que se quer é não
119 ter incêndios. Entendendo a origem desse incêndio, sabe-se que a maioria deles
120 depende de uma cultura que tem pouco acesso a tecnologias e equipamentos de
121 preparo da sua área, então o fogo ainda é a técnica mais utilizada para limpar e
122 preparar o terreno, principalmente, na pequena e média agricultura. Como esse
123 programa pensa ou está traçando estratégia de se integrar com programas de outras
124 secretarias do Estado, como a de Agricultura, principalmente, para poder atentar para
125 este fato e trabalhar dentro desse modelo de produção agrícola de pequena e média
126 cultura para evitar se prover técnicas, tecnologias e equipamentos para que se evite
127 fazer a queimada, ou seja a simples suspensão da queimada controlada, muitas vezes
128 na necessidade que o pequeno agricultor tem de plantar, ele acaba fazendo fogo não
129 controlado e ilegal que acaba sendo pior para meio do que uma queimada controlada
130 no ambiente não propenso. Disse que entende que há um problema legal até hoje
131 instaurado que brigadista não pode combater incêndio, mas sabe-se que na área rural,
132 até o bombeiro conseguir chegar, tem o brigadista como mais efetivo ator no combate
133 de enfrentamento a esses focos de incêndios. Então queria entender como estão
134 sendo conduzidas essas discussões e necessidades que possa ter de pensar ou
135 repensar alguma legislação sobre isso, por que existem os entraves legais de quem
136 pode ou não combater incêndio hoje em dia? Finalizou perguntando sobre os
137 equipamentos, acha que foi destinado algum dinheiro para estes veículos do Bahia
138 Sem Fogo, agora gostaria de saber se realmente esses equipamentos estão sendo
139 somente utilizados para o fogo? Um receio de eles não caírem no uso comum no final.
140 Cláudio Mascarenhas - IDEIA perguntou se o programa trabalha utilizando o corpo de
141 inteligência das Polícias que poderiam estar se antecipando às caravanas para
142 levantar possíveis provocadores de incêndios? Pois na Chapada Diamantina corre
143 largamente em conversas com a população, que tem brigadistas que acendem o fogo
144 de propósito para depois conseguirem ser remunerados pelo IBAMA. Questionou
145 também, se o Programa Bahia Sem Fogo participa da Fiscalização Preventiva
146 Integrada – FPI do Ministério Público – MP, ação sistêmica e envolvente que cada dia
147 se consolida mais? Raymundo Pedro – ABAPA pontuou que a preocupação é na
148 questão operacional, referente às normas que os produtores rurais precisam implantar

104

149 em suas propriedades para que atenda o previsto no decreto 12.189 que altera o art.
150 6514 que é a situação referente às normas que produtores rurais precisam implantar
151 em suas propriedades para que atendam o previsto nesta legislação. É previsto dentro
152 de uma ação de extensão, que se tenha uma norma estadual em conjunto com a
153 norma Federal que traga uma condensação do que seriam as ações de prevenção e
154 combate a incêndios florestais que os produtores rurais precisam cumprir para que ele
155 esteja de acordo com o decreto 12.189 e com o art. 6514? Renato Cunha – GAMBÁ
156 pontuou que se precisa de políticas públicas bem concretas para essas questões
157 socioambientais importantíssimas, no momento que se passa por problemas de
158 adaptação nas questões climáticas e adaptação para prevenir essas ações. Nesses 40
159 municípios que foram atendidos em 2024, todos eles têm rede de brigadistas que
160 foram formados e receberam os equipamentos de EPI'S necessários para que
161 possam efetivamente trabalhar com melhor proteção? Em relação às pessoas que
162 colocam fogo de maneira criminosa, estas têm sido punidas e multadas e se esses
163 pagamentos têm sido feitos pelos infratores. Solicitou ainda, um relatório financeiro,
164 sobre os recursos utilizados pelo Programa e quanto disso foi disponibilizado para os
165 brigadistas, pois isso é fundamental e saber também os valores dessas multas
166 impostas aos infratores. Jorge Cajazeira – FIEB destacou que a questão da
167 normatização é extremamente importante, inclusive apresentou a norma oficial da
168 ABNT 1014 sobre incêndios florestais e serviu de inspiração para uma norma Iso
169 Internacional que está sendo elaborada. Então é um documento de consenso nacional
170 e sugeriu que o programa faça uso desta normatização. Majorie Nolasco – UEFS
171 solicitou que seja enviado o relatório do Bahia Sem Fogo para o e - mail, para inclusive
172 poder dialogar posteriormente. Pontuou que é um dos assuntos mais delicados da
173 pauta. Informou que a UEFS juntamente com o Corpo de Bombeiros está em uma
174 ação coordenada pela Universidade Aberta do Brasil e vão oferecer 150 vagas em
175 especialização em incêndios florestais e reflorestamento, para atender o público de:
176 bombeiros, polícia ambiental e brigadistas, que é uma notícia que favorece o encontro
177 de conhecimentos diferentes e por isso uma troca muito grande. Outra questão é que
178 as brigadas da Chapada Diamantina, resolveram fazer um Conselho Único. Destacou
179 que o diálogo entre os brigadistas e o Corpo de Bombeiros está tranquilo, inclusive o
180 trabalho evoluiu e está se tornando mais cooperativo e com um diálogo maior. Porém,
181 o Conselho de Brigadas da Chapada Diamantina comunicou algumas dificuldades
182 como: entregas de poucos equipamentos e de baixa qualidade e algumas prefeituras
183 receberam recursos que no entanto não são repassados para ação das brigadas, são
184 repassadas para outras coisas. Ressaltou que os brigadistas precisam de suportes e
185 eles tem sido fundamentais para a redução de incêndios na Chapada Diamantina e



186 houve uma redução dada as precipitações dos anos anteriores, pela melhor
187 articulação das brigadas que reagem mais rápido, mas a reação do Corpo de
188 Bombeiros é mais fechada enquanto regras e normas que não são observadas pelas
189 brigadas. A brigada simplesmente vai fazer alguma coisa para que o local dela e a sua
190 sobrevivência não seja atingida pelo incêndio. Então, queria saber da dinâmica e
191 contínua e desse processo de Políticas Públicas que façam esse repasse pelo menos
192 de equipamentos e condições sistêmicas anualmente, ou depois de cada incêndio.
193 Daniella Fernandes passou a esclarecer os questionamentos. Quanto às brigadas
194 municipais, informou tem feito o incentivo à esses tipos de brigadas, pois é
195 extremamente relevante, pois são brigadas custeadas pelos municípios e que
196 conseguem ter uma continuidade das ações durante todo o ano, pontuou que esta não
197 está prevista dentro da legislação (14.944) que fala sobre manejo do fogo, mas é um
198 assunto que vem sendo discutido debatido dentro do Grupo de Trabalho. No que se
199 refere aos investimentos para 2025 não consegue falar em números reais, porque
200 existem vários entes que fazem este dispêndio, mas é aproximadamente mais de
201 quarenta a cinquenta milhões de reais foram expedidos com incêndios florestais.
202 Destacou que vai solicitar ao Corpo de Bombeiros que faça essa prestação de contas
203 para juntar com a da SEMA, para que os conselheiros enxerguem quanto o incêndio
204 florestal custa ao Estado da Bahia todos os anos. Quanto à busca de investimento,
205 através de emendas parlamentares para o programa, pontuou que se tem feito
206 algumas discussões com alguns parlamentares que voluntariamente, procuram para
207 saber de que forma ajudar. Ressaltou que ano passado já teve a emenda da Deputada
208 Olivia Santana no valor de R\$ 20.000,00 destinados para aquisição de sopradores que
209 foram entregues para as brigadas voluntárias. Destacou que têm sido mantida
210 articulações com outros deputados estaduais e federais para que esses investimentos
211 cheguem para este tema específico, porque acha que a penetração nos municípios
212 tem ajudado, porque o programa de fato tem se consolidado e tem sido visto, inclusive
213 pelos parlamentares que tem interesse em fazer destinação desses valores para o
214 programa. Quanto à questão cultural do fogo, pontuou que o programa está buscando
215 uma aproximação maior com a Secretaria de Agricultura e esclareceu que utiliza as
216 caravanas para prospectar dificuldades dos pequenos agricultores que tem o fogo
217 como grande arma cultural, então é mais fácil ensinar a eles como fazer de forma
218 diferente, do que de fato tentar só penalizar ou coibir uma prática que é culturalmente,
219 secularmente utilizada. Quanto a questão da legislação que impeça a atuação dos
220 brigadistas, diz não ter conhecimento, mas de fato eles são os primeiros atores a
221 chegarem nos focos dos incêndios florestais e por isso que tem se trabalhado para
222 fazer um afinamento dessa articulação dos brigadistas com o Estado da Bahia, então

15/11/2024

223 eles têm que atuar de forma conjunta e complementar ao Corpo de Bombeiros e não
224 de forma concorrente. Destacou que tem um projeto que é financiado pelo recurso do
225 FERFA que é tornar o brigadista uma atividade mais perene, não só na época dos
226 incêndios florestais, mas também que eles sejam braços na realização de atividades
227 de educação, sensibilização e de restauração, pois existe um ciclo que não ocorre só
228 nos incêndios e que precisa ser cuidado antes, durante e depois e entende-se que as
229 brigadas também podem fazer esse papel levando uma atuação mais perene. Os
230 equipamentos são entregues as brigadas que foram treinadas pelo Corpo de
231 Bombeiros e é feito todo um controle de entrega e utilização desses equipamentos,
232 inclusive está trabalhando num sistema de brigadas para que se consiga enxergar
233 todo esse recurso público destinado a cada ente definindo um ciclo de vida para quele
234 equipamento, para que também ajudem fazer a recompra desses itens e não ocorra a
235 falta de equipamentos. No que se refere a questão da inteligência, informou que tem
236 dentro do Grupo de Trabalho do Programa, a Polícia Civil que é justamente para fazer
237 esse papel de identificar infratores, que são pessoas que de maneira repetida e
238 proposital vem atuando nessas regiões. Porém, ressaltou que este é um pilar que
239 precisa evoluir muito ainda no Bahia Sem Fogo, tem se aproximado muito da Polícia
240 Civil, mas acredita que pode ser feito mais, pois uma ação de inteligência
241 extremamente bem-sucedida coíbe a prática dessas infrações. Com relação FPI o
242 programa nunca participou, mas achou uma excelente sugestão e pontuou que vai
243 fazer uma aproximação com o Ministério Público, para verificar se consegue inserir o
244 programa em uma dessas Operações, que geralmente são em regiões de ocorrência
245 de vários incêndios florestais. Em relação a questão da extensão rural, o programa
246 está buscando se aproximar das instituições públicas, quanto privadas, pois precisa
247 entender que é um trabalho hercúleo e por conta disso, cada dia que passa existe a
248 necessidade de inserir outras instituições no Grupo de Trabalho do Bahia Sem Fogo,
249 visto que é um programa que atinge todas as áreas do Estado e com o arrefecimento
250 da condição climáticas o programa está sendo surpreendido cada dia mais com a
251 antecipação do ciclo de incêndios florestais e tem a necessidade de agir mais rápido.
252 Com relação a questão normativa, ressaltou que uma das linhas do Programa é a
253 questão da revisão da norma e a criação de novas normas que se adequem tanto as
254 demandas atuais, quanto os regramentos Federais. Destacou que neste momento 12
255 instituições estão trabalhando na construção do Plano Estadual de Combate a
256 Incêndios Florestais e para isso também vai ser contratada uma consultoria
257 especializada e todo o arcabouço normativo vai ser revisitado para que se possa ter
258 uma aplicação mais efetiva e restrita ao tempo que está vivendo. Solicitou que
259 Raymundo Pedro formalize a solicitação para a SECEX, pois tem especialistas no



260 Grupo que podem desenvolver melhor este tema, para que não se deixe de observar
261 nenhum ponto relevante da sua fala. Em relação aos municípios visitados, todos
262 tiveram a disponibilização de EPI'S e EPC'S. Porém, pontuou que foi feita uma
263 distribuição equitativa, pois o Estado da Bahia não tem ainda, um levantamento de
264 todas as brigadas e brigadistas destes municípios, mas as caravanas também servem
265 para isso, inclusive está sendo construído hoje, com o Programa um cadastro para os
266 brigadistas. Esclareceu que usou como referência a quantidades de brigadistas que
267 foram capacitados pelo Corpo de Bombeiros e assim promoveu a distribuição dos
268 equipamentos. Informou ainda, durante as caravanas de 2024 percebeu-se que
269 existiam muito mais demandas do que o Estado naquele momento tinha capacidade
270 de atender, por isso foi feito um novo processo licitatório no valor de R\$ 1.000.000,00
271 (um milhão de reais) que de fato fará uma cobertura completa de todos os brigadistas,
272 inclusive fazendo uma nova entrega de equipamentos as brigadas que receberam,
273 anteriormente, para substituir os equipamentos degradados pelo uso. No que diz
274 respeito aos incêndios criminosos tem intensificado as autuações em campo nessas
275 regiões, através do trabalho do INEMA e foi criado um painel de acompanhamento da
276 tramitação dos processos de multas aplicadas., mas ressaltou que o Estado ainda não
277 está na posição ideal que gostaria de ser ainda mais efetivo na cobrança dessas
278 multas, mas tem evoluído neste sentido. Então seria interessante trazer os dados
279 desse painel de acompanhamento das ações de fiscalização para que os conselheiros
280 acompanhem. Destacou que são pontos que foram percebidos no ano de 2024 e uma
281 oportunidade de melhoria para ter mais efetividade tanto na ação de fiscalização, mas
282 também da efetiva penalização desses infratores, porque só aplicar multa sem que o
283 processo corra integralmente, não é satisfatório para o Estado. Pontuou que as multas
284 podem retroalimentar o programa e com isso o estado tem a intenção de gastar cada
285 vez menos com o combate e gastar mais com a prevenção, até porque o gasto de
286 combate é bem maior do que o de prevenção e estas últimas são ações efetivas e
287 também de investimento modesto. Informou que irá preparar o relatório e encaminhar
288 para a SECEX para que os conselheiros possam ter este conhecimento do repasse de
289 2024. Pontuou que gostou muito da notícia da especialização em incêndios florestais e
290 convidou a professora para dar essa notícia na Reunião do Grupo de Trabalho do
291 Programa, pois é muito importante divulgar e difundir essa especialização, pois como
292 foi falado no início o conteúdo científico e a formação é extremamente importante para
293 a redução dos incêndios no Estado. Se as brigadas voluntárias são importantes, na
294 Chapada elas são mais importantes ainda. Existe um dado histórico da atuação das
295 brigadas na Chapada Diamantina e a caravana Bahia Sem Fogo estará lá do próximo
296 dia 12/05 até dia 30/05 e sugeriu que neste momento tivesse uma reunião com o

JK

297 conselho de Brigadas da Chapada, para que aproxime mais o Estado dessas
298 brigadas. Ressaltou que todas as entregas feitas na Chapada, como em qualquer
299 lugar do Estado foram formalizadas com relatórios e comprovantes de recebimentos
300 de todos os brigadistas, por que os recursos são públicos e por isso precisam ser
301 registrados. Destacou que a aproximação do Estado com as brigadas não é periódica,
302 mas se disponibilizou de ir à Chapada para fazer a reunião com o conselho de
303 brigadas para ouvir as dificuldades. Ressaltou que fez a entrega dos EPI'S as
304 brigadas, através dos consórcios municipais, pois o Estado não tinha todas as
305 informações das brigadas e precisava fazer essa organização de alguma forma.
306 Ressaltou que de fato precisa-se entender o ciclo desses equipamentos e não pode
307 apenas fazer uma entrega, mas sim, manter um planejamento de compra com a
308 descrição da validade desses itens que vai constar também no Sistema de brigadistas
309 que está sendo desenvolvido no programa para que o Estado conheça os brigadistas
310 e os brigadistas conversem diretamente com o programa para que se aperfeiçoe.
311 Esclareceu que o Estado não chegou aonde queria, mas está lutando para as ações
312 serem mais efetivas e essa redução das queimadas na região da Chapada tem muito
313 a participação das brigadas, mas também tem a participação do Estado. Pontuou que
314 o Estado está imbuído de melhorar e de seguir um caminho mais eficiente, porque a
315 proteção da biodiversidade é o maior objetivo e finalizou agradecendo a todos e
316 sinalizando que as críticas são bem-vindas e todo Colegiado serve para isso, pois a
317 posição de crítica é importante, porque impulsiona o Estado a fazer melhor. Se
318 colocou à disposição para esclarecimentos. Mariana Mascarenhas pontuou que vai
319 reunir as informações para encaminhar e aos que se comprometeram em encaminhar
320 e-mail para a SECEX com solicitações e informações faça, para que a SECEX possa
321 organizar. Passou-se para o ponto referente ao Planejamento do Conselho. Sérgio
322 Bastos – SINPEQ pontuou que no planejamento existem assuntos que são prioridades
323 e outros nem tanto, em vez de sair discutindo agora detalhadamente item por item,
324 tem um prioritário que é a questão do regimento interno do Conselho. Sugeriu que
325 desse mais um tempo a todos para analisarem o planejamento e talvez que ele fosse
326 analisado em um Grupo de Trabalho para que se possa tratar disso e trazer uma coisa
327 um pouco mais atualizada e mais fácil para o debate dentro do Conselho. Renato
328 Cunha – GAMBÁ pontuou que não viu o que foi mandado recentemente nesta lista,
329 mas essa lista foi a que foi feita à um tempo atrás e algumas coisas tenham sido feitas
330 e outras não. Agora o Conselho está com uma pauta sem aquela quantidade de
331 processos recursais, devido a alteração da resolução da CT Recursal aprovada e este
332 foi um ganho enorme, para que se tivesse a finalização desses processos recursais na
333 CT Recursal a não ser que tenha alguma divergência dentro da Câmara. Mas é

408 Conselho tem expertise para refletir sobre o que é colocado, para ouvir as explicações
409 e para tomar decisão, mas não tem expertise técnica para elaborar normas. Mariana
410 Mascarenhas esclareceu que ninguém vai ser especialista em tudo e que o CEPRAM
411 precisa dar conta, mas o que chama atenção é que o Conselho precisa trabalhar no
412 sentido de encontrar alternativas para dar conta das demandas. Ruy Argeu -
413 SINDICOM pontuou que é necessário definir por onde vai começar e o que a estrutura
414 do Conselho pode absorver e trabalhar nelas. Propõe que se defina três itens, trabalhe
415 e não saia desse foco até terminar e depois de terminado elege-se mais três itens.
416 Quanto a norma de óleo e gás deu a sugestão do CIMATEC que tem profissionais de
417 altíssima qualificação, inclusive no meio acadêmico que pode ser convidado para trata
418 deste assunto. Mariana Mascarenhas deu como encaminhamento convocar as
419 reuniões das câmaras técnicas e escolher as coordenações e pode ser feito momento
420 das coordenações dessas câmaras com a plenária para trazer o que foi encaminhado
421 disso, e quanto a solicitação da formação de um grupo, poderia ser o grupo das
422 coordenações das câmaras para acompanhar e fazer os trabalhos do Conselho
423 andarem, e todos concordaram. Então as câmaras técnicas irão se reunir com a pauta
424 da definição de coordenação e vice coordenação e a análise do planejamento e
425 posteriormente, define um momento da SECEX se reunir com essas coordenações.
426 Gustavo Hees- GAMBÁ perguntou se o CEPRAM será reconduzido, porque se não
427 acontecer é capaz de tornar sem efeito as decisões. Mariana Mascarenhas esclareceu
428 que a ideia é sim fazer a recondução, tendo em vista a paralisia que teve entre 24 e
429 25, inclusive já falou com a Assessoria Especial. Pontuou que tem mais um ponto na
430 pauta sobre a Conferência, na verdade ainda está em processo de conferência,
431 semana que vem tem a Etapa Nacional em Brasília, porém hoje tem outro
432 compromisso junto ao Conselho Estadual de Educação e por conta disso não vai
433 poder conversar mais detalhadamente sobre a conferência e por isso solicitou que
434 este ponto fique para a próxima reunião e aí já terá também o resultado da Nacional e
435 vale a pena olhar para o que saiu da conferência. Marjorie destacou uma preocupação
436 e gostaria que tivesse atento a isso, pelo fato do CEPRAM não ter estado na
437 Conferência Estadual, e com isso não está reivindicando ter voto, mas estar presente,
438 era uma situação necessária, visto que como conselheiros do Estado para a questão
439 ambiental, seriam parte nata deste momento com ou sem voto e levantou isso para
440 que em uma próxima vez esse erro não fosse cometido. Mariana Mascarenhas
441 entendeu a solicitação e concorda, mas esclareceu que não chegou nenhum pedido
442 do Conselho nesse sentido, mas de fato não tinha essa previsão. Ruy Argeu -
443 SINDICOM pontuou que o Conselho esteve lá representado, inclusive pontuou que
444 esteve presente representando o setor empresarial, e a sociedade civil também esteve

7/11

445 presente. Registrou o desagrado em relação a representação empresarial não ter sido
446 tripartite como é aqui no conselho, foi uma representação menor, com priorização para
447 a sociedade civil o que pareceu extremamente injusto. Outro ponto é que a SEMA está
448 tratando os representantes na Conferência Nacional de maneira diferente, a sociedade
449 civil está tendo privilégio que o setor empresarial e o setor público não têm e não acha
450 isso justo. E por último solicitou que os amigos da sociedade civil procurem um meio
451 de não agredir os patrocinadores como fizeram na Conferência Estadual, porque isso
452 gera uma reação natural de não quererem mais ajudar, pontuou que sabe que não é
453 um posicionamento de toda a sociedade civil, mas é bom que os líderes da sociedade
454 civil orientarem seus membros para não ter o mesmo problema em Brasília. Mariana
455 Mascarenhas informou que não pode continuar na reunião e solicitou que pudesse
456 conversar sobre a conferência em outro momento com mais tranquilidade. Gustavo
457 Hees – GAMBÁ destacou que o empresário é parte de uma sociedade civil, mas a
458 sociedade civil nem sempre é parte do empresarial, então na hora de fazer uma
459 escuta a sociedade civil, principalmente, em uma hora dessas que tem recursos mais
460 limitados que o setor empresarial ela precisa sim ter preferência nessa participação.
461 Quanto aos patrocinadores concordou que muitos exageros foram feitos e sente muito
462 por isso, mas a grande questão foi o conflito de interesses que não foi deixado claro e
463 isso é algo que se precisa discutir, não o patrocínio dado, mas como foi solicitado.
464 Sem mais nada a ser tratado à reunião foi encerrada e essa ata será assinada pelo
465 Presidente e pela Secretaria Executiva.

466 Presidente do CEPRAM: Eduardo Mendonça Sodré Martins– SEMA

467 Secretaria Executiva: Mariana Mascarenhas – SEMA

468

469 **Conselheiros presentes:**

470 Niel Eferson Almeida de Lacerda - SEINFRA

471 Silney James Sobreira de Almeida - SEAGRI

472 Amanda Santos Silva - SDE

473 Cristiane Ferreira – SEPLAN

474 Lucigleide Nery Nascimento- SEPLAN

475 Mateus Almeida Cunha– SEDUR

476 Raoni Andrade Rodrigues – SESAB

477 Jorge Emanuel Reis Cajazeira - FIEB

478 Luiz Fernando Galvão de Almeida - SINDICAL

479 Aurinézio Calheira - COFIC

480 Sérgio Bastos – SINPEQ

- 481 Rogério Paixão - FERBASA
- 482 Meryellen Baldim de Oliveira- SINDPACEL
- 483 Alberto Carvalho de Oliveira Filho – SUZANO S.A
- 484 Ruy Argeu do Amaral Andrade– SINDICOM
- 485 Juçara Tanajura – PETROBAHIA
- 486 Isabela Silva Suarez - ACB
- 487 Walter Schimmelpfeng – Solar Energia Locações e Instalações LTDA
- 488 Godofredo de Souza Dantas Neto – SINDILOJAS BAHIA
- 489 Rômulo da Silva - FAEB
- 490 Raymundo Pedro Batista - ABAPA
- 491 Leila Oliveira – Sindicato de Produtores Rurais de Ibicoara
- 492 João Lopes Araujo – ASSOCAFÉ
- 493 João Bosco Cavalcanti – CREA/BA
- 494 Alessandra Almeida da Silva Lima – SINDAE
- 495 Martin Mayr - ADES
- 496 Gustavo Hees de Negreiros- GAMBÁ
- 497 Renato Cunha – GAMBÁ
- 498 Rafael freire – GAMBÁ
- 499 Miguel Acciolcy – IDEIA
- 500 Claudio de Carvalho Mascarenhas -IDEIA